

A EDUCAÇÃO COMO MEIO DA MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Sanny Costa Rodrigues; Anderson da Silva Pinto; Ana Raquel Ribeiro Leal; Larissa Barbosa Gomes; Sueli Aparecida Albuquerque de Almeida.

(Universidade Estadual da Paraíba – anderson99dasilva@gmail.com)

(Universidade Estadual da Paraíba – Ana_raqueljp@hotmail.com)

(Universidade Estadual da Paraíba – laryfashion_22k@hotmail.com)

(Universidade Estadual da Paraíba – sanny_costa@hotmail.com)

(Universidade Estadual da Paraíba – sueliaalb@gmail.com)

INTRODUÇÃO

O crescimento demográfico da população idosa tem sido de grande interesse para estudiosos. A taxa de crescimento da mesma tem sido maior que a taxa correspondente do total da população. Estimativas permitem inferir que no período de 1990 a 2025, a população idosa mundial crescerá 2,4% ao ano, contra 1,3% de crescimento anual da população em sua totalidade (PASCHOAL, SALLES e FRANCO, 2006 apud AVERSAN e MUNSTER, 2012).

Na perspectiva da Psicologia do Desenvolvimento, o envelhecimento tem sido considerado uma etapa do ciclo vital que tem despertado cada vez mais interesse dos pesquisadores, a despeito do que ocorreu até meados do século XX, em que se priorizavam os processos desenvolvimentais específicos da infância e da adolescência. Atualmente, há um consenso de que na velhice também ocorre um desenvolvimento, caracterizado pelos processos de mudanças, aquisições e perdas (O. G. L. Ferreira, Maciel, Silva, Sá, & Moreira, 2010; Guerra & Caldas, 2010; Sommerhalder, 2010).

Com o aumento da população de idosos as ILPIs (Instituições de Longa Permanência para Idosos) surgem como uma alternativa para esse cuidado. Representam uma proposta de uniformização das instituições que prestam assistência aos idosos, garantindo condições de bem-estar físico, emocional e social, em conformidade, entre outros, com o Estatuto do Idoso, com a legislação vigente e com as políticas públicas relacionadas a essa população (Born, 2008; Camarano & Kanso, 2011). Mas ainda de acordo com a lei n.º 10.741, as ILPI têm um caráter assistencialista, nas quais se prestam cuidados básicos de saúde. Sendo assim, muitas vezes, insuficientes para suprir as necessidades dos que residem nas mesmas (NUNES et al., 2014).

Os idosos devem ser envolvidos no serviço, na entrega de programas educacionais e de lazer, descrevendo diretamente suas próprias vontades, o que aumenta o cuidado centrado no utente. No entanto, dada uma série de pesquisas e auditorias que relatam a falta de privacidade, dignidade e respeito nos serviços sociais e de saúde a idosos, parece existir uma necessidade crescente em reafirmar os conhecimentos, habilidades e valores profissionais e colaborativos em contexto institucional (Chadwick, 2012).

A maioria das ILPIs ainda mantém o caráter exclusivamente de moradia, não oferecendo opções que possam inserir os idosos em atividades de lazer, de atividades físicas e de interações sociais (Camarano & Kanso, 2010).



Em sua grande maioria, essas favorecem o isolamento do idoso, sua inatividade física e mental, provocando assim consequências negativas à sua qualidade de vida, não concebendo o envelhecimento ativo e nem profissionais habilitados como cuidadores. (HARTMANN, J. A. S., & GOMES, G. C 2014)

Na instituição total, todos os aspectos da vida são realizados em um só lugar, sob uma única autoridade. Cada fase da atividade diária é realizada em companhia de um grupo grande de outras pessoas, obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto, em horários pré-determinados e em sequência, tudo imposto verticalmente por regras formais explícitas aplicadas por funcionários. (HARTMANN, J. A. S., & GOMES, G. C 2014)

Os idosos asilados vivem geralmente isolados das atividades sociais e, mesmo tendo cuidados para a manutenção de sua saúde física, lhes falta a mobilidade social. (JESUS et al. 2010). Havendo poucas oportunidades socialmente dignificantes para os relacionamentos dentro dos lares pela ameaça que a demência representa para os idosos (PLESCHBERGER, 2007 apud CRUZ, b. a. s 2014)

O tão sonhado tempo livre no ambiente da instituição acaba por se tornar um tempo vazio de significado, convertendo-se na experiência desoladora da espera pela morte. Isso demonstra que o idoso tem sido tratado como uma pessoa improdutivo e que pouco tem sido feito para mudar essa situação (ALVES-SILVA, 2013).

As redes sociais do idoso são bastante importantes em vários aspectos das suas vidas e podem estar associadas a uma maior e melhor qualidade de vida. Ou seja, quanto mais ativo o idoso estiver socialmente, quanto mais interagir socialmente, melhor a sua qualidade de vida (TEIXEIRA, L.M.F 2010).

O idoso busca uma ressocialização e para isso ele precisa se sobrepor a alguns paradigmas colocados pela sociedade e tudo isso é visto como um desafio, pois o sentimento de inutilidade perante sua família e seu meio social faz o mesmo sentir-se diminuído e excluído da sociedade (NASCIMENTO, 2011).

Oliveira (2001) relata que a convivência e a interação social do idoso é reduzida, por isso precisa-se eliminar o vazio existencial que esse vai encontrar na terceira idade e transformar o novo momento em novas expectativas muitas vezes sem a alegria de viver, buscando encontrar novos momentos de descoberta na ciência. A mesma refere que é necessária a valorização da velhice, atribuindo aos mesmos, novos papéis socialmente valorizados (NASCIMENTO, 2011).

Para Assis et al (2009) a satisfação com as atividades no tempo livre para os idosos que participam de grupos sociais é elevada e o motivo mais comum de insatisfação foi a falta de companhia, seguida de: falta de motivação, custo, vontade de mudar a rotina, e falta de uma equipe de serviço social - atividade voluntária entendida como possibilidade de sentir-se bem por ser útil a outra pessoa (NASCIMENTO, 2011).

Oliveira (2001), refere que o profissional que está trabalhando com uma população de idosos deverá assumir determinadas posturas e adquirir novas práticas como, por exemplo se desvincular de modelos ultrapassados e tradicionalistas; utilizar uma linguagem clara, objetiva e acessível; desfazer preconceitos que a sociedade atribui ao idoso, relacionar todos os conhecimentos novos e informações com o cotidiano para que a relevância dos mesmos seja percebida, criar um ambiente alegre, descontraído e afetivo, aceitar e respeitar o ritmo do idoso; reconhecer a velhice como mais uma etapa da vida, estimular a criatividade e o potencial dos mesmos (NASCIMENTO, 2011).



Dessa forma, acredita-se que a educação é um importante meio de transformação e valorização do idoso, no que se refere a sua melhora no cognitivo, autoestima, o seu meio social tornará mais amplo e este passará a participar de decisões no convívio de seus familiares permitindo um melhora em seu bem-estar, físico e mental. “Envelhecer não é só decair fisicamente. É crescer. É mais do que o fato negativo de que se vai morrer, é também o fato positivo de que se compreende que se vai morrer e que se pode viver melhor por causa disso” (ALBOM, 1998, apud NASCIMENTO, 2011 p. 19).

A Educação Popular configura o eixo teórico-metodológico, o que significa privilegiar aspectos como o diálogo e a construção conjunta dos saberes como meio essencial, além do que vislumbra a emancipação social, a autonomia do popular e a promoção da saúde como objetivos-fins (Ministério da Saúde 2007, apud ARAÚJO et al 2015).

A educação é inserida num contexto que permita reforçar a participação real e a integração dos idosos na sociedade (OLIVEIRA 2001). Nesse sentido, a educação poderá ser útil e eficaz no combate à negatividade estereotipada para a terceira idade. (NASCIMENTO, 2011).

Para Oliveira (2001, pg. 06) “o idoso é capaz de aprender, como também de se adaptar às novas condições e exigências de vida. Apenas deve ser respeitado o seu ritmo individual que, muitas vezes, pode evidenciar-se mais lento do que na juventude. Ritmo diferenciado não se identifica com incapacidade” (NASCIMENTO, 2011).

Mais condições terá o Estado brasileiro de otimizar esses comandos constitucionais, aos quais tem de se submeter, se considerar com efetiva responsabilidade o disposto nas Leis 8.842/96 (Política Nacional do Idoso) e 10.741/03 (Estatuto do Idoso) e Decreto 1.948/96 (Regulamenta a Política Nacional do Idoso) os quais impõem como normas princípios e de diretrizes ao Estado a obrigação de considerar os onze comandos: o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos; estabelecer mecanismo que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento; apoiar estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento; adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados aos idosos; inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos; incluir a gerontologia e a geriatria como disciplinas nos cursos superiores; desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim informar a população sobre o processo de envelhecimento; desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância adequados às condições do idoso; apoiar a criação de universidades aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber; estimular e apoiar a admissão do idoso na universidade, propiciando a integração intergeracional; inserir em cursos especiais para idosos conteúdos relativos às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para uma integração ávida moderna (RAMOS, 2005).

Diante do grande número de idosos institucionalizados no Brasil, do envelhecimento populacional que está cada vez mais evidente, correndo estes o risco ou opção de serem daqui a alguns anos institucionalizados propõem-se com esse estudo a realização de uma reflexão buscando alternativas para a manutenção destes idosos na sociedade e interado de sua dinâmica, tendo a educação como ferramenta essencial para que isso ocorra. Objetivando com este estudo mostrar a eficácia dessa inclusão para a melhora da qualidade de vida dos idosos e ganhos para a sociedade.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência do tipo descritivo, a partir da vivência obtida por fazer parte de um grupo de extensão em uma ILPIs vinculado ao departamento de Enfermagem e à PROEX da UEPB.

Estudos descritivos têm como objetivo descrever a realidade, a vivência em um dado período, não se destina a explicá-la ou nela intervir, muito importante em sistemas de saúde (ARAGÃO, 2011).

O relato de experiência apresenta reflexão sobre um conjunto de ações que abordam uma situação vivenciada no âmbito profissional de interesse a comunidade científica, sendo assim, uma importante ferramenta da pesquisa descritiva. (CAVALCANTE E LIMA, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estadia dos idosos em instituições de longa permanência não é o que pode-se caracterizar das mais dinâmicas, onde as atividades diárias são limitadas às rotinas de higienização, alimentação e repouso, devido às limitações físicas, auditivas e visuais, eles próprios não conseguiram suprir a necessidade do auto cuidado, sobrecarregando a equipe, reduzindo seu tempo comprometendo momentos que poderiam ser dedicados ao lazer.

É essencial para a qualidade de vida que as pessoas tenham uma variedade de atividades a serem realizadas no dia-a-dia, o que é importante para que não haja uma rotina engessada nas necessidades mais elementares, sendo desconsideradas as necessidades afetivas, e de atividades que estimulassem a criatividade e a integração com os demais moradores.

Uma alternativa para melhorar essa situação seria ações educativas com essa população, como atividades de inclusão digital, atividades de educação em saúde, educação básica, que os informem e os tire do isolamento do dia, que cada vez mais os carrega para dentro da desilusão com a vida, da tristeza, depressão, sentimento de invalidez, incapacidade de realizar qualquer atividade.

Algumas experiências comprovam o quanto que atividade fora dos lares de longa permanência são importantes para que o idosos se sintam bem, revigorado, idosos que freqüentam universidades abertas a terceira idade são idosos que convivem com outros idosos que nem sempre são institucionalizados, são idosos que levam para esses institucionalizados atividade que eles já não realizam, que transmitem informações do que acontece no mundo, deixando-os mais informados e cientes da sua importância para o mundo e de que eles são capazes de produzir, de ensinar, de colocar em prática habilidades que na juventude eram desenvolvidas, e que com o tempo são ignoradas pelo próprio ciclo cotidiano.

Isto não ocorre apenas com as universidades abertas, mas ocorre com aqueles idosos que por alguns minutos, alguns dias, tem acesso a leitura, acesso a internet, a oficinas de redação, todas essas atividades educativas são importantes para que haja a inclusão desses idosos antes descrentes e desmotivados que eles fazem parte do mundo, que essas pessoas ainda podem produzir muito para a sociedade, essas atividades retomam projetos, anseios, sonhos que podem ter sido deixados pelo caminho, despertando e descobrindo talentos que jamais poderiam ter sido descobertos caso a discriminação para com essa população continuasse.

CONCLUSÃO

O preconceito com os idosos é um mal da sociedade, a sociedade que valoriza apenas aquele que produz, que tem na vitalidade da vida jovem o foco, esquecendo da experiência e inteligência daquele que está na vida após já ter passados pelos momentos ruins, bons e as glórias da juventude, são estes que ainda tem muito a repassar, ensinamentos ou novas ideias, soluções para problemas, esses que foram excluídos do seio da família, que não recebem o afeto daqueles que durante anos foram mercedores de seu cuidado, sua atenção, seu tempo.

A inclusão educacional desses idosos possibilita além do aprimoramento dessas pessoas que necessitam de uma nova perspectiva para sua vida, melhoram a qualidade de vida e o modo como veem o mundo. A forma como estes idosos podem enfrentar seus dramas psicológicos, suas magoas, dando a possibilidade de aprender com os cuidadores, com os visitantes, com os demais moradores, melhorando sua qualidade de vida, a **valorização** e a **inclusão social** são meios fundamentais para que o indivíduo se sinta bem consigo e com os outros podendo estar interagindo com o mundo em que vive cada vez mais fácil sem se sentir diminuído pelo fato de que estar vivenciando uma fase inevitável da vida que é o envelhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALVES, J.D.S, SCORSOLINI, F.C., SANTOS, M.A., Idosos em instituições de longa permanência: desenvolvimento, condições de vida e saúde. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2013, vol.26, n.4, pp.820-830. ISSN 0102-7972.
2. ARAGÃO, J. Introdução aos estudos qualitativos utilizados em pesquisas científicas. *Revista Praxis*. Nº 6 agosto 2011.
3. ARAÚJO, E.P.S., CRUZ, P.J.S.C., ALENCAR, I.C., CARNEIRO, D.G.B., Educação popular no processo de integração ensino – serviço e comunidade: Reflexões com base em experiências na extensão. *Rev. APS*. 2015 out/dez; 18(4): 447 – 455.
4. CAMARANO, A. A., KANSO, S., Previdência Social no Brasil: Contornos e horizontes. In G. Biasoto Junior, & L. A. P. Silva (Orgs.), *Políticas Públicas em questão* (pp.27-57). São Paulo, SP: Fundação do Desenvolvimento Administrativo. 2011.
5. CAVALCANTE B.L.L., LIMA U.T.S, Relato de experiência de uma estudante de Enfermagem em um consultório especializado em tratamento de feridas. *J Nurs Health, Pelotas (RS)* 2012 jan/jun;1(2):94-103.
6. CHADWICK, A.: A dignified approach to improving the patient experience: Promoting privacy, dignity and respect through collaborative training, *Nurse Education in Practice* 12, 187-191. 2011.
7. GUERRA, A.C.L.C., CALDAS, C.P.: 2010. Dificuldades e recompensas no processo de envelhecimento: A percepção do sujeito idoso. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(6), 2931-2940.
8. NASCIMENTO, J.E.T.: A educação como forma de melhorar a qualidade de vida do idoso. Programa especial de formação pedagógica de docentes na área de licenciatura em biologia. Faculdade Integrada da Grande Fortaleza – FGF. 2011.
9. RAMOS, P.R.B.: Idosos e direito à educação. *R. Pol. Públ.*, v. 9, n. 2, p.87-94, jul./dez. 2005



10. SILVEIRA, J.L.G.C., ALVES, M.U., BERTONCICI, J.H., RODRIGUES, K.F.. Literatura de Cordel como Estratégia em Educação Popular em Saúde. Rev. APS. 2015 out/dez; 18(4): 532 – 538
11. VASCONCELOS, V.O, OLIVEIRA, M.W.; Educação popular: uma história, um que fazer. Educação Unisinos. 2009; 13(2):135-146.

